



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

EDILENE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE
VIVA NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA**

Brasília – DF

2014

EDILENE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE
VIVA NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Dra. Girlene Ribeiro de Jesus

Brasília – DF

2014

Oliveira, Edilene Pereira de.

A importância da Implementação do plano Juventude Viva nos Centros de Convivência. / Edilene Pereira de Oliveira. – Brasília, 2014.

42. f. : il.

Monografia (especialização)– Universidade de Brasília, Faculdade de Educação- EaD, 2014.

Orientador: Prof. Dra. Gírlene Ribeiro de Jesus, Faculdade de Educação

1. Plano Juventude Viva. 2. Violência contra Jovens negros. 3. Centro de Convivência e os jovens negros. I. Título.

EDILENE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE
VIVA NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

Edilene Pereira de Oliveira

Dra. Girlene Ribeiro de Jesus

Professor-Orientador

Dr^a Silvia Orrú

Professor examinador

Brasília, 09 de Junho de 2014.

Dedido este trabalho à Natália, minha mãe, (*in memoriam*). À Isabela, ao Felipe e aos meus irmãos. Àqueles que nunca desistiram diante das injustiças, que jamais esmoreceram diante dos obstáculos. Aos primeiros e aos atuais revolucionários inconformistas com o *status quo*. *In memoriam* a todos os mortos por terem sido o que eram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço toda a equipe do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Em especial à professora Renísia Garcia, a professora-orientadora Girlene Ribeiro, e a professora-tutora Kelly Quirino, o esforço e o trabalho de vocês não foi e não será em vão, a maior parte das revoluções são parcimoniosas, contruídas por pequenas mudanças. Aos que lutam pela disseminação de uma cultura de paz entre povos e a não violência, ou qualquer outro tipo de depreciação do homem pelo homem. Sem os disseminadores de um novo olhar de uma nova cultura, possivelmente eu não estaria neste momento escrevendo estas palavras.

Enquanto existir gente que não acredita em liberdade e justiça para todos, meu trabalho não terá terminado. (Rosa Parks)

RESUMO

Os homicídios contra a população negra e a vitimação principal do jovem negro incentivou o governo federal a criar no final de 2012 o Plano Juventude Viva(PJV). Um plano que abarca diversas áreas de políticas públicas, a fim de minimizar a dizimação do jovem negro no país. O Distrito Federal aderiu ao PJV em 05 de setembro de 2013. Neste sentido, o presente trabalho pretende chamar a atenção para a importância da implementação imediata do PJV nos COSEs, além de destacar alguns impedimentos que fazem com que ainda não tenha uma implementação do plano na SEDEST. Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa, com o uso de entrevistas e análise documental. Por meio dos resultados encontrados pode-se concluir que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST tem um papel crucial no plano, visto que os Centros de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos - COSEs - são atores importantes no atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade, que por consequência somam em sua maioria jovens negros. No entanto, o longo e moroso processo para que todas as secretarias relacionadas ao plano executem-no faz com que o mesmo demore a ser implementado.

Palavras-chave: Plano Juventude Viva; Juventude negra; Homícidios; Centros de Convivência.

ABSTRACT

The murders against the black population and the main victimization of young black encouraged the Federal Government to create in late 2012 - Alive Youth Plan - Plano Juventude Viva (PJV). A plan that covers the different areas of public policy, in order to minimize the decimation of the black young country. The Federal District joined on September 5, 2013. A form of research is descriptive and used the qualitative method there was applying questionnaire and analysis of documents and bibliographic research this sense, the present work aims to draw attention to the importance of immediate implementation of the PJV in COSEs, besides highlighting some impediments that cause there is not yet an implementation plan in SEDEST. It was concluded that the - State Department of Social Development and Income Transfer - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) plays a crucial role in the plan since the Social Centers and fortifying Linkages - COSEs - are important actors in the care of young people in situations of vulnerability that consequently add in his young black majority. However the long and cumbersome process for all related departments in the plane running it causes the plan to be implemented immediately.

Keywords: Youth Alive Plan; Black youth; homicides; Social Centers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e percentual de jovens negros na população jovem por aglomerado subnormal e região administrativa a que pertence..... 25

Tabela 2 – Descrição do coletivo de adolescentes frequentes no COSE Ceilândia Sul 26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COSE: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano.

CRAS:Centro de Referência da Assistência Social

IPEA:Instituto de Pesquisa Aplicada

MDS: Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SEDEST: Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Tranfêrencia de Renda

PJV: Plano Juventude Viva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. METODOLOGIA.....	16
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
3. . RESULTADOS.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	33
Apêndice – A Entrevista com Agente Social	34
Apêndice - B Entrevista com Educador Social	35
Apêndice - B Entrevista com Articulador do PVJ	36

INTRODUÇÃO

A população negra no Brasil vem sofrendo problemas estruturantes da sociedade relacionados histórico e culturalmente à escravidão colonialista. O processo histórico de marginalização resultou na exclusão de direitos, na desigualdade social e na violência de todos os níveis e tipos contra a população negra que ainda hoje luta por visibilidade, por reconhecimento, por igualdade social e racial e pela vida. Desde o fim da escravidão, o racismo mais que dominação explícita, passou a tomar outras formas, uma das primeiras formas foi o branqueamento da população brasileira.

Dessa forma, o Brasil ficou com uma população negra livre, porém despossuída de muitos direitos e marcada pela herança escravista exposta às inúmeras manifestações de violências. Nesse período, o Estado brasileiro pretendia manifestar progresso às nações capitalistas, no entanto, para os governantes da época, isso não poderia advir de um país com uma população maciçamente negra. Por esta razão, iniciou-se a chamada política de branqueamento do Brasil que aconteceu por meio de contratação de trabalho estrangeiro. Conforme cita Heilborn (2011) estima-se que de 1827 a 1929 chegaram ao Brasil mais de dois milhões de emigrantes para torná-lo um país mais branco.

O resultado da marginalização da população negra pós-abolição está refletido atualmente nas pesquisas socioeconômicas realizadas por órgãos estatísticos como o Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA (que está particularmente voltando o olhar para a situação do negro no Brasil) o IBGE e a CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal, e entidades não governamentais tais como o Centro Brasileiro de Estudos Latinos-americanos (CEBELA), dentre outros.

Estas entidades revelam dados alarmantes sobre a população negra no Brasil tais como altos índices da população negra na pobreza e na extrema pobreza, no desemprego e nos baixos índices de escolaridade em comparação com a população branca. No entanto, um dado desumano e urgente chamou a atenção do Governo Federal, de entidades não governamentais e dos movimentos negro: a juventude negra brasileira está sendo assassinada.

Por esta razão, o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, (SEPIR) lançou em setembro de 2012 o Plano Juventude Viva (PJV). Este programa visa atenuar os altos índices de violência contra os jovens negros do país. Dados da SNJ, obtidos por meio do Ministério da Saúde, revelam que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% eram negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Os dados são alarmantes e há urgência em políticas públicas efetivas para que os jovens não só fiquem vivos, mas saiam das margens que os aprisionam e os matam.

Segundo o documento orientador do PJV¹, no Distrito Federal no ano de 2010 foram registrados 880 homicídios, destes 57,84% eram jovens de 15 a 29 anos, destes 88,41% eram negros e do total de negros mortos 82,71% eram homens.

No dia 05 de setembro de 2013 o PJV foi lançado no Distrito Federal e em seis municípios da região metropolitana de Brasília: Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Formosa, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, região denominada de RIDE: Região Integrada de Desenvolvimento Econômico. Até R\$ 90.364.595,4 em recursos federais pactuados poderão ser acessados para a implementação do plano no DF e entorno.

O PJV no Distrito Federal prevê que o programa se destine, preferencialmente, aos jovens negros de 15 a 29 anos que estão em risco, privação de direitos, ou outros tipos de vulnerabilidade social, inviabilização ou marginalização que tem como consequência, por vezes, a morte desses jovens.

Há recursos destinados à atuação do plano na área de educação, cultura, esporte, saúde, trabalho, assistência social, entre outros. Para o presente trabalho, destaca-se os recursos destinados aos chamados Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSEs, que serão objeto deste trabalho. Os COSEs

¹PJV – PLANO JUVENTUDE VIVA

fazem parte da rede socioassistencial e são entidades de atendimento direto a população conforme descrição específica da resolução CNAS 109/2009:

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (CNAS 109/2009, p.8)

Os COSEs fazem parte da chamada atenção básica da assistência social são vinculados aos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS que atendem ao público vulnerável socialmente de uma determinada região.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) assevera que a Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Por esta razão, este serviço destina-se à população que vive em situação de fragilidade e vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Portanto, com o intuito de restringir a pesquisa este trabalho irá apontar mais precisamente dados relacionados ao COSE Ceilândia Sul, a fim de exemplificar o atendimento feito pelos dezessete (17) COSEs espalhados pelo Distrito Federal.

Os COSEs possuem um papel crucial como executores do fortalecimento de vínculos de jovens em situação de vulnerabilidade, que por consequência atinge uma parte considerável de jovens negros. Dados estatísticos oficiais indicam que a população negra está em sua maioria na faixa da população com maior vulnerabilidade social, dessa forma, essas entidades possuem um papel crucial para se obter um excelente resultado a médio e a longo prazo com uma parcela do

público alvo do plano. São entidades chave que atendem um alto índice de jovens negros de 15 a 17 anos de idade no Distrito Federal.

O Distrito Federal foi o terceiro estado a aderir ao plano em 05 de setembro de 2013. Porém, depois de oito meses de plano no Distrito Federal, ainda não há sinais de articulação entre a SEDEST e as secretarias responsáveis pelo diálogo do plano no DF quais sejam: a Coordenação de Juventude da Secretaria de Estado de Governo e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial- SEPIR.

Portanto, este trabalho tem o objetivo de enfatizar a importância da implementação do PJV nos COSEs visto que como se verifica nos dados estatísticos existe uma alta concentração da população negra em situação de vulnerabilidade social e por consequência na área de abrangência dos COSEs.

Além disso, objetiva-se chamar atenção à morosidade governamental em implementar políticas públicas. Diante do percentual de adolescentes atendidos pelo sistema de fortalecimento de vínculos, a exemplo do COSE Ceilandia Sul, quais são os impedimentos para que uma política de tamanha importância ainda não ser do conhecimento dos servidores dos COSEs? E porque ainda não houve articulação a ponto de se iniciar um diálogo entre as secretarias responsáveis a fim de implementar tal plano na SEDEST?

1. METODOLOGIA

A forma de pesquisa do presente trabalho é descritiva e usa-se o método qualitativo que segundo Neves (1996) é quando o pesquisador busca entender o fenômeno estudado segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. Situando sua interpretação a partir de um conjunto de técnicas que visam decodificar os significados complexos da vivência desses sujeitos. Houve a aplicação de questionário, análise de documentos e pesquisa bibliográfica a fim de analisar os dados oficiais de órgãos governamentais, tais como IBGE e IPEA e CODEPLAN, CEBELA para constatação de índices relacionados aos quantitativos específicos dos jovens negros no Distrito Federal.

1.1 Caracterização da organização, setor ou área

O COSE Ceilândia Sul é uma unidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda- SEDEST. É vinculado ao CRAS que atende famílias em situação de vulnerabilidade, com isso há uma articulação entre o CRAS Ceilândia Sul e COSE Ceilândia Sul a fim de complementar o atendimento das famílias vulneráveis socialmente.

Atualmente, o COSE atende cerca a 60 crianças de 6 a 15 anos, 40 adolescentes matriculados de 15 a 17 anos, 35 idosos e cerca de 20 mulheres que fazem oficinas diversas.

A parte física é composta por cinco salas de atividades, um auditório com TV, DVD e aparelho de som. Uma quadra poliesportiva, uma quadra de areia, um campo de Futebol – sem gramado, e um amplo espaço ao ar livre.

1.2 Participantes do Estudo

Para esta pesquisa foram entrevistados dois servidores do COSE/CRAS, e uma articuladora do Plano Juventude Viva no DF. As análises relacionadas aos adolescentes foram obtidas por meio de documentos institucionais tais como ficha de matrícula, além da entrevista com a educadora responsável pelo grupo.

1.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

As entrevistas com os educadores foram efetuadas a fim de saber precipuamente se os educadores conheciam o PJV e se eles julgavam importante a implementação do plano no Cose. Outras perguntas foram relacionadas, devido ao nível de acesso que os educadores possuem em relação aos adolescentes: tais como: há conflitos entre eles relacionados à raça? Você acha que há identificação do adolescente com sua cor/raça? Você acredita que há uma ligação entre a vulnerabilidade e a historicidade da raça negra? Foram duas entrevistas com educadores, uma com a atual educadora, e outra com educadora que trabalhou anteriormente com jovens por 24 anos. A entrevista com a articuladora do PJV no Distrito Federal teve o intuito de conhecer a forma de articulação do plano.

Além disso, houve uma pesquisa bibliográfica a fim de encontrar indicadores e estudos que justificassem a aplicação do plano. Dados do IPEA, do IBGE da CODEPLAN, e da CEBELA, foram utilizados a fim de demonstrar a expressiva importância de a SEDEST implementar o plano.

1.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A princípio, por meio da pesquisa bibliográfica houve uma análise dos dados estatísticos do IPEA, IBGE, CEBELA (mapa da violência), e da Codeplan. Para exemplificar o atendimento dos COSES houve análises documentais da turma de

adolescentes que foi realizada em 05/05/2014. As entrevistas ocorreram em 05/05/2014, 16/05/2014, 27/05/2014.

Os servidores do CRAS/COSE foram informados da pesquisa e esclarecidos quanto ao sigilo e comprometimento da entrevistadora. Foi apresentado a eles o termo de adesão à entrevista, e consentiram em responder as perguntas. Houve a análise das matrículas dos alunos a fim de identificar o quantitativo de famílias que consideravam o adolescente negro (preto ou pardo). Alguns aspectos como a progressão escolar foram incluídos na análise.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Jaccoud (2008) as desigualdades no Brasil configuram um fenômeno complexo, constituindo-se um enorme desafio para os governos e para a sociedade em geral. É um problema estruturante e histórico de afirmação da supremacia branca desde os quatro séculos de escravidão até o período de pós-abolição. No entanto, atualmente existem outras formas de estratificação e classificação dos homens por raça.

A autora, em seu artigo intitulado “*O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das Políticas Públicas de promoção das desigualdades raciais*”, ressalta que a maioria dos estudos estatísticos socioeconômicos revelam que as diferenças raciais marcam praticamente todos os campos da vida social. E em todos eles: saúde, educação, emprego, entre outros, o negro se encontra nas piores condições, com isso, a autora adverte que há uma necessidade de intervenção pública no tocante a minimizar as desigualdades sociais, visto que as ações afirmativas que existem são incipientes.

Portanto, o Estado deve interferir, com políticas públicas efetivas, utilizadas como meio para minimizar, e posteriormente, combater as lamentáveis consequências de séculos de exploração de trabalho escravo, de marginalização e da discriminação racial. Dessa forma, ações conjuntas das diversas esferas do governo e da sociedade civil se fazem necessárias.

As políticas públicas são instrumentos que os governos usam para responder a uma determinada demanda da sociedade. Segundo Souza:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

No entanto, as políticas públicas enfrentam problemas estruturantes tais como os conflitos de interesse, maior representação entre a elite dominante, interesse de legendas partidárias dentre outros que em muitos casos dificultam a discussão dos grupos invisibilizados na sociedade. Visto que cada tipo de política pública possui seu grupo de veto ou de aceitação.

Contudo, dependendo da demanda da política pública ela vai encontrar maior ou menor aceitação para os diferentes atores envolvidos. Desta forma, Souza (2006) enfatiza que Theodor Lowique desenvolveu a mais completa tipologia das políticas públicas, existem quatro tipos de políticas assim descritas:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais; e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (SOUZA, 2006, p. 28)

As políticas públicas voltadas para a população negra são incipientes e encontram diversos embargos para sua efetivação, desde a falta de interesse governamental até a desinformação da sociedade civil diante da necessidade de haver políticas voltadas para os negros como forma de fomentar o crescimento do país. Com isso, são de extrema importância os dados dos órgãos estatísticos, visto que por meio de análise de dados o governo e a sociedade reconhecem a urgente necessidade de políticas voltadas para o público negro.

A agenda governamental não pode mais fechar os olhos para dados que estropeiam, em muito, os níveis aceitáveis, como os de homicídios juvenis, no

entanto, as políticas voltadas para o negro ainda são instáveis e frágeis, seus alicerces estão sendo formados aos poucos, de governo a governo.

O Estado deve assumir a formulação e a sua efetiva implementação, não somente por um período de tempo, na duração de um mandato, mas até que o problema maior seja eliminado. Souza (2006) enfatiza que para que seja aprovadas políticas públicas é necessário persuasão política. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para os negros são conquistadas com dificuldade por um pequeno grupo consciente da luta pela igualdade de direitos, para tanto há a necessidade de persuadir, mudar ideários constituídos historicamente a fim de estabelecer tais políticas:

À pergunta de como os governos definem suas agendas, são dados três tipos de respostas. A primeira focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda. A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso. A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas. (SOUZA, 2006, p.30)

Segundo os conceitos de Honneth (2007) a sociedade brasileira foi e ainda é injusta com a população afrodescendente. Visto que os negros sofreram inicialmente as agressões ao corpo, e conseqüentemente à alma. Com ataque à autoestima, destituição do sentimento de pertença, e logo depois, a exclusão social e negação de direitos legais.

Heilborn (2011) ressalta que as políticas públicas universalistas, apesar de possuírem preceitos e objetivos de igualdade, quando são executadas não contemplam uma população invisibilizada. A questão da igualdade só é válida quando se trata de isonomia, os desiguais devem ser tratados como desiguais para que haja equidade e igualdade futura, dessa forma, a maioria das políticas públicas não contemplavam recorte de gênero ou raça, no intuito de serem iguais, porém o que acontece é uma perpetuação das desigualdades:

Ao se basear em concepções universalistas, não é raro de parar-se com gestores/as que se recusam a fazer recortes de gênero e raça nas políticas públicas, acreditando que assim podem assegurar “direitos iguais para todos/as”. O que ocorre, na realidade, é que este tipo de postura despreza os indicadores de desigualdade e as reivindicações dos movimentos sociais que lutam por reconhecimento. Nesta lógica, o princípio universalista tende a prevalecer sobre as evidências das desigualdades.(HEILBORN, 2011, p. 87)

Dessa maneira, a especificidade do PJV é um grande avanço para a visibilização política e social das desigualdades e iniquidades que acarretam à população negra. Sem dúvida, os números, os indicadores, são reflexos da exigência de políticas públicas aplicadas ao público negro. Conforme cita Heilborn (2011), o conhecimento do público ao qual as políticas são destinadas é tão importante quanto a existência da própria política.

Portanto, uma das alternativas para minimizar o efeito adjacentes da era escravista, têm sido, as chamadas ações afirmativas. Para Gomes (2001) em *Ação Afirmativa & o Princípio Constitucional da Igualdade*, as ações afirmativas podem ser definidas da seguinte forma:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso e bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2011, p 40)

Documentos como “*Mapa da Violência: A cor dos homicídios no Brasil - 2012*” publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano – CEBELA, são instrumentos importantes e inquietantes que fazem com que a urgência na implementação de políticas públicas voltadas para a população negra e neste caso, para os jovens negros no Brasil seja considerada.

Waiselfisz (2012) autor do estudo enfatiza: “destaca-se que apenas no estado do Paraná, no ano de 2010, os índices de homicídios de negros não foi maior do que de brancos”. O mapa da violência demonstra que ações governamentais são essenciais para diminuir o quadro epidêmico de homicídios contra os jovens negros, conforme considera o autor, de 2002 a 2010 houve uma queda de 24,8% nas mortes de pessoas jovens brancas, no entanto, no mesmo período, houve um aumento de 5,6%, na morte de pessoas jovens negras, porém, dependendo da faixa etária o aumento é significativamente maior.

O autor destaca ainda que desde 2002 houve considerável aumento no número de homicídios entre negros. No entanto, de brancos caiu de 18.867 em 2002 para 14.047 em 2010, o que representa uma queda de 25,5% nesses oito anos. Já os homicídios negros tiveram um forte incremento: passam de 26.952 para 34.983: aumento de 29,8%. Destacam-se, os estados com maior aumento de vítimas negras: Pará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O autor faz as seguintes considerações diante do alarmante aumento das mortes dos negros e mais assustadoramente dos jovens negros no Brasil:

Entre 2002 e 2010, segundo os registros do Sistema de Informações de Mortalidade, morreram assassinados no país 272.422 cidadãos negros, com uma média de 30.269 assassinatos ao ano. Só em 2010 foram 34.983. Esses números já deveriam ser altamente preocupantes para um país que aparenta não ter enfrentamentos étnicos, religiosos, de fronteiras, raciais ou políticos: representa um volume de mortes violentas superiores à de muitas regiões do mundo que atravessaram conflitos armados internos ou externos.(WASELFISZ, 2012, p.28)

Junior (2013) destaca que os altos índices de violência contra os jovens negros no Brasil retratam o racismo institucionalizado, principalmente nas polícias, e

os homicídios dos jovens negros no Brasil tem se tornado o “calcanhar de Aquiles” dos direitos humanos no Brasil:

Os números refletem uma realidade muito clara de violação de direitos, que exige, por parte do Estado, um delineamento de ações para modificar as condições sociais, culturais e econômicas que concorrem para a produção e reprodução da violência e das desigualdades raciais. (JUNIOR, 2013, p. 122)

Destaca-se que os altos índices de homicídios tem um recorte de raça, visto que conforme dados do mapa da violência relatados por Junior (2013), constata-se que os negros, mesmos os que possuem mais de 12 anos de estudos, morrem mais por assassinato do que os brancos.

Dessa forma, segundo Theodoro (2005), há uma desconstrução da idéia que o negro é discriminizado devido a sua situação social e educacional desprivilegiada. O racismo é encontrado também entre os negros que tanto possuem níveis escolares superiores quanto renda maior. Dentre estes, os níveis também se diferem dos brancos:

Esse racismo, cuja presença ainda é tantas vezes negada, afronta diretamente o mito da democracia racial brasileira. Racismo perene que, ao mesmo tempo em que desconstrói o mito, serve de mote para a reconstrução de uma questão racial, recolocando o problema como área de ação do Estado. E, nessa perspectiva, sua especificidade engendra novos matizes para esta ação, pondo mesmo em questão os limites das políticas universais. (THEODORO, 2005, p.112)

Na realidade, este tipo de racismo é tão comum quanto cruel, assim como todos os demais. Segundo Jaccoud (2008), “*o racismo institucional se instaura no cotidiano organizacional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando de forma ampla, mesmo que difusa, desigualdades e iniquidades.*” Portanto, o racismo institucional é protegido pelas leis, instaurando com isso a consequente manutenção do *status quo* da desigualdade racial. As diversas organizações da sociedade precisam ser reformuladas de tal forma que seja combatida tal “iniquidade”. A desconstrução do racismo deve ser feita de dentro das instituições para fora, um trabalho desafiador a ser cumprido.

Conforme o Documento Orientador do PJV-DF, o plano se estrutura em quatro eixos de ação:

Eixo 1: Desconstrução da Cultura de Violência

- Sensibilizar a opinião pública sobre banalização da violência e valorização da vida de jovens negros, por meio da promoção de direitos. Está em curso elaboração de campanha.
- Mobilizar atores sociais para promoção dos direitos das juventudes negras a partir das ações previstas no Plano. Está em curso articulação de rede de mobilização.

Eixo 2: Inclusão, Emancipação e Garantia de Direitos

- Destinação de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia;
- Criação de oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude.

Eixo 3: Transformação de Territórios

- Atuação sobre os territórios afetados pelos maiores índices de homicídio dos municípios, por meio da ampliação dos espaços de convivência, da oferta de equipamentos, serviços públicos e atividades de cultura, esporte e lazer.

Eixo 4: Aperfeiçoamento Institucional

- Enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens, como a escola, o sistema de saúde, a polícia, o sistema penitenciário e o sistema de justiça;
- Reversão do alto grau de letalidade policial por meio de formação, fortalecimento do controle externo e redução da impunidade. (PLANO ORIENTADOR, 2012, p.13)

No Brasil, implementar políticas públicas voltadas para os jovens negros não é tarefa fácil. Existem diversos tipos de entraves que fazem com que o trabalho dos articuladores se torne árduo. Desconstruir conceitos arraigados por um processo histórico de exploração e dominação, enfrentar ideários instituídos por um discurso elitista centenário e pressionar as pautas das secretarias para atender a demanda são algumas das dificuldades que eles encontram. Dessa forma, o racismo institucionalizado mostra ser um dos mais difíceis de se combater. Visto que as próprias instituições públicas possuem em sua constituição conceitos racistas arraigados. Por isso, o trabalho articulatório do PJV-DF precisa começar de dentro das próprias instituições distritais. A Polícia Militar, o sistema penitenciário, o sistema de justiça, de saúde, e assistenciais, são focais na ampliação da cultura da não violência contra a população negra.

3- RESULTADOS

As políticas públicas muitas vezes esbarram na burocracia, no conflito de interesses e na morosidade estatal em aplicá-las. Dessa forma, muitas não chegam a ser executadas ou se são subutilizadas o dinheiro público devido a demora que há na implementação. Este trabalho demonstra que a morosidade estatal faz com que políticas públicas demorem a chegar ou muitas vezes nem chegam a ser executadas de maneira satisfatória. A falta de articulação entre as secretarias do Distrito Federal não é um problema local, mas um problema nacional.

Tabela 1/codeplan-2013

Tabela 3. Quantidade e percentual de jovens negros na população jovem por aglomerado subnormal e região administrativa a que pertence – Distrito Federal, 2010

Aglomerado Subnormal	Região Administrativa	N	%
Bairro João Cândido	São Sebastião	285	70,2
Bela Vista	São Sebastião	424	75,3
Cond. Alto da Bela Vista	Sobradinho II	275	79,0
Cond. Del Rey	Jardim Botânico	111	60,3
Cond. Fortaleza	Riacho Fundo	30	71,4
Cond. Mansões do Amanhecer	Planaltina	63	78,8
Cond. Morada Nobre	Planaltina	95	85,6
Cond. Portal do Sol	Riacho Fundo	58	56,9
Cond. Porto Rico	Santa Maria	1.485	70,5
Cond. Privê	Ceilândia	1.290	64,3
Cond. Residencial Sobradinho II	Sobradinho II	439	68,7
Cond. Versalhes	Sobradinho II	163	80,7
Cond. Vila Verde/Casa Rosada	Sobradinho II	216	72,7
Cond. Vila Vitória	São Sebastião	98	71,0
Cond. Vitória	São Sebastião	316	72,0
Cond. Café Planalto	Sobradinho II	93	80,9
Cond. Quintas do Amanhecer	Planaltina	235	72,3
Cond. Residencial Sobradinho III	Sobradinho II	111	68,9
Cond. Vale do Sol	Planaltina	104	64,6
Engenho Velho	Sobradinho II	887	72,2
Expansão da Vila Nova	São Sebastião	217	65,6
Expansão da Vila São José	Brazlândia	505	71,7
Fercal	Sobradinho II	269	70,1
Invasão da Quadra 305	São Sebastião	87	81,3
Morro Azul	São Sebastião	82	71,3
Pôr do Sol	Ceilândia	1.243	64,8
Queima Lençol	Sobradinho II	145	68,1
Rua do Mato	Sobradinho II	60	71,4
Sol Nascente	Ceilândia	11.074	70,3
Varjão	Varjão	161	71,2
Vila Cauhy	Núcleo Bandeirante	328	67,6
Vila do Boa	São Sebastião	342	73,1
Vila dos Operários	Brasília	91	68,9
Vila Estrutural	SCIA	5.069	80,1
Vila Rabelo	Sobradinho II	393	82,6
Vila São José	Vicente Pires	544	73,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010

Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) em pesquisa intitulada: *Análise de vulnerabilidades da juventude negra no Distrito Federal* publicada em outubro de 2013, os jovens negros são maioria na periferia, lugar onde a atuação dos COSEs estão com mais ênfase.

Aglomerado subnormal são moradias impróvisadas, ou seja, as periferias. Nota-se que no Distrito Federal cerca de 3,6% da população residem em moradias subnormais e destes 70,4% são negros. Ainda conforme dados da Codeplan as maiores incidências de homicídios por 10 mil habitantes em 2012 ocorreram no SIA (16,1), na SCIA/Estrutural (13,8), São Sebastião (5,4), Paranoá (5,2) e Recanto das Emas (5,1). Ceilândia aparece em nono lugar em percentual de homicídios por 10 mil habitantes, (4,0). No entanto, em números de homicídios a cidade fica em primeiro lugar, visto ser também a cidade mais populosa do Distrito Federal. Tais percentuais deixam o Distrito Federal na 6ª posição em homicídios de negros.

Foi constatado que das mortes motivadas por agressões contra jovens no Distrito Federal, em 2011, 92,5% das vítimas eram do sexo masculino, entre as quais 88,1%, da raça negra. Desse percentual verificou-se que cerca de 65% dos jovens de Ceilândia são negros. No entanto, atualmente, conforme dados institucionais, dos 25 alunos entre 15-17 anos que participam das atividades cerca 72% são negros. Dessa forma, especificando o COSE Ceilândia Sul constata-se o atendimento majoritário de jovens negros.

A entrevista 1 (disponível no apêndice A), foi realizada com educadora que trabalhou com adolescentes por mais de 24 anos, ela afirma que o percentual de jovens negros atendidos pelo COSE, sempre esteve acima dos 80%. Ela desconhece o PJV e afirma que se houvesse um projeto direcionado para os jovens negros seria sem dúvida proveitoso visto que a grande parte do público atendido é negro.

TABELA 02 – Descrição do coletivo de adolescentes frequentes no Cose/ Ceilandia

Sul

Discrição	Números	Porcentagem
Meninos	17	68%
Meninas	08	32%
Branços	07	28%
Negros	18	72%
Possui atraso escolar	25	100%

Na entrevista 2 (apêndice B), a educadora que trabalha atualmente com a turma de jovens, salienta que entre os adolescentes o atraso escolar é algo a considerar, segundo ela todos os 25 alunos frequentes possuem algum grau de atraso escolar, destes 18 são negros conforme a ficha de matrícula.

A educadora (entrevista 2 apêndice B) enfatiza que se houvesse uma articulação melhor com a Secretaria de Educação, a fim de priorizar a matrícula de jovens que vem do sistema de semi-liberdade, por exemplo, muitos adolescentes não perderiam a oportunidade de se matricular no COSE. Ou se houvesse uma comunicação mais eficaz com a Secretaria de Saúde, poderiam encaminhar sem tanta burocracia os jovens ao psicólogo, por exemplo. Porém, o que há é uma falta de comunicação intersetorial o que dificulta o acesso dos adolescentes à direitos fundamentais.

O atual programa para os adolescentes conta com a participação deles 12 horas por semana, as atividades são voltadas para o desenvolvimento do adolescente na sociedade, em contrapartida ele recebe uma bolsa no valor de R\$ 190,00 mensais. Segundo a educadora (entrevista 2 apêndice B), o tráfico e os atrativos das drogas são fatores que atrapalham o progresso da maioria dos adolescentes.

A entrevista 3 (do apêndice C), contou com a participação de uma articuladora do PJV. O intuito foi avaliar a outra perspectiva, a da implementação. Dessa forma, ela esclarece que o trabalho de sensibilização das secretarias envolvidas é moroso, visto que são secretarias que já possuem sua própria política

pública, por isso o trabalho é lento pois a sensibilização para o tema demanda mais tempo que o tempo de gestão:

As ações ministeriais que somam forças para reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros, não a violência, são muitas e elenco-as abaixo. Muitas delas estão em fase de reestruturação, enfrentam alguma dificuldade de implementação e pode-se dizer que a demanda de sensibilização de cada política pública para a problemática do enfrentamento à vulnerabilidade da juventude negra é muito grande e morosa. (ENTREVISTA 3, apêndice C)

Portanto, como qualquer outra política pública o PJV encontra dificuldades de comunicação intersetoriais. Visto que cada secretária possui sua área de atuação precipua sensibilizá-las para direcionar uma parte dos seus esforços a uma parcela da população que se tornou por décadas, para não dizer centenas de anos invisibilizadas é uma tarefa árdua e incessante que os articuladores do PJV estão enfrentando. Contudo, as estatísticas de homicídios não param e apressar uma política como esta deve ser tarefa principal dos governos em todas as esferas, e principalmente, neste caso do Distrito Federal.

A articuladora (entrevista 3 do apêndice C) destaca o ponto sobre os possíveis impedimentos que há na implementação do plano no DF:

Nada impede a implementação do PJV no DF, no entanto, é preciso cautela para perceber a complexidade que é articular uma política pública intersetorial que amalgama ações que já eram desenvolvidas antes da existência do PJV. Ou seja, a sensibilização dos gestores destas políticas é uma pauta que demanda um tempo maior que o tempo de gestão. As políticas sociais são norteadas pela universalidade do público atendido, são para todos e todas, contudo, os jovens negros não conseguem acessá-las e esta é a grande tarefa a 'costura' que o Plano Juventude Viva tem para fazer dentro do próprio governo. Esse cenário vale para o DF e também para outros estados. (ENTREVISTA 3, apêndice C)

A falta de interação entre as entidades é um problema nacional, porém a morosidade de articulação em se implementar um plano que já possui orçamento próprio e um público alvo faz que o trabalho demore a ser executado, o que prejudica a população (negra) e subutiliza o dinheiro público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Executar o Plano Juventude Viva no Cose Ceilândia Sul e em todos os 17 COSEs do Distrito Federal é uma tarefa precípua, visto que esta é uma política pública que trará benefícios a curto, médio e a longo prazo para uma parcela de jovens que vive perto desta triste realidade. Gomes (2001) destaca que as ações afirmativas não são instrumentos antidiscriminatórios reparatórios, mas antes são de natureza multifacetária que visam evitar que a discriminação se verifique (ou se perpetue) nas formas usualmente conhecida.

Sem dúvida, se houvesse uma maior articulação entre as secretarias do Distrito Federal a fim de executar o plano nas suas diversas esferas: educação, saúde, assistência social, trabalho, direitos, esportes, lazer o nível de sucesso seria altamente satisfatório. Porém, o que se constata é uma precariedade de entendimentos e diálogos o que acarreta a morosidade e o declínio de muitas políticas públicas. Para o Distrito Federal estima o valor de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil), por ano, para o reordenamento do serviço de convivência, este é sem dúvida um incentivo a ser considerado desde o início de sua disponibilidade.

Dessa forma, segundo dados da SNJ pela primeira vez o Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015, contempla um eixo para políticas juvenis, este progresso deve ser comemorado. Segundo a secretaria para o PJV serão investidos cerca de R\$ 70 milhões em recursos novos, distribuídos em mais de 30 iniciativas que integram 25 programas federais. Cabe a cada esfera do governo o aproveitamento desses recursos, sem dúvida a participação da sociedade civil é de extrema importância para acompanhar e fomentar a implementação de tais políticas em cada localidade.

É urgente uma ação rápida do governo do Distrito Federal em programar o PVJ nos diferentes campos de atuação das políticas pública, a fim de mudar o quadro dramático que o Distrito Federal se encontra. Os COSEs serão excelentes mecanismos para o poder público chegar até esses jovens visto que a definição do trabalho precípua dos COSEs os insere como protagonista no combate à violência

contra os jovens negros no Brasil e no Distrito Federal, conforme o CNAS109/209, os COSEs prestam os seguintes serviços à população:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, **estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.**(CNAS 109/2009,grifo nosso)

Portanto, a implementação de políticas públicas, como o plano Juventude Viva, se fazem necessárias para minimizar este quadro epidêmico de homicídios, de desrespeito com os direitos humanos, de discriminação e marginalização que se perpetuam por centenas de anos contra a população negra.

Apesar das dificuldades encontradas pelos articuladores como a morosidade em implementar esta política com recorte de raça, o avanço em se ter orçamento para que o processo de diminuição das desigualdades e dos conceitos de violência contra a população jovem negra já se torna uma etapa vencida na luta contra as desigualdades. Portanto, o monitoramento de resultados é de extrema importância para que se possa dar uma resposta satisfatória às milhares de famílias que perderam seus jovens devido, principalmente, a sua raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSI, Nadia Solange S. & SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e desenvolvimento local**. In: SILVA, Christian Luiz da. Políticas Públicas e desenvolvimento local: Instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.

Brasil. **Documento Orientador**. Plano Juventude Viva no Distrito Federal e Região Metropolitana (Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Formosa, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto) .Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasil. 2012.

CARNEIRO, Sueli. Raça, gênero e ações afirmativas. In: BERNARDINO, Joaze & GALDINO, Daniela. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. p.71 a 84. Rio de Janeiro: DPA&A, 2004.

CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano: **Mapa da Violência** disponível: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acessado em 20/04/2014 e 27/05/2014.

GIL, Antônio Carlos. **A Amostragem na Pesquisa Social**. In: GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas em Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987. p. 91-103.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa: renúncia à neutralidade estatal em matéria de oportunidade de educação e emprego**. In: Ação Afirmativa & o Princípio Constitucional da Igualdade (O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). São Paulo: Renovar, 2001. P. 35-90.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais n Brasil: Uma Breve Discussão. In: **Coleção** Educação para Todos. Vol.3. Educação Anti-Racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. SECAD/MEC, Brasília/DF, 2005.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um Questionário**. Série: Planejamento de Pesquisa nas Pesquisas Sociais, 2003, N 01.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia. (Orgs) **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** | GPP – GeR: módulo I-IV. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das Políticas Públicas de promoção das desigualdades raciais**. In THEODORO, Mário etAlli(Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos da Abolição. Brasília, IPEA, novembro/2008.

JUNIOR, A.O. LIMA, V.C.A. Violência Letal no Brasil e vitimização da população negra: Qual tem sido o papel da polícia e do Estado? In SILVA, T. ,D.Goes, F.

L.(Org). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos afrodescendentes. Brasília.** Ipea, 2013, p. 121-136.

PAIXÃO, Marcelo J.P. **Os negros e os determinantes das desigualdades sociais no Brasil.** In: PAIXÃO, Marcelo J.P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. Uma **História de “Diferenças e Desigualdades”.** **As doutrinas raciais do século XIX.** In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças . Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. P. 43-66. São Paulo/SP: Companhia das Letras.1993.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos.** In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade.p.39 a 69.Rio de Janeiro:DPA&A,2004
_____Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002.

SOUZA, Celina.**Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias (online), Porto Alegre, n.16,dez.2006.

THEODORO, M.; JACCOUD, L.; **Raça e Educação: os limites das políticas universalistas.** In: SANTOS. Sales Augusto dos (org) Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005, (p. 105-120).

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.**Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/resolucao> Cenas nº -109C2009 tipificacao-nacional-de-servicossocio-assistenciais. Acessado em 20/04/2014 e 27/05/2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo: Mapa da Violência 2012: **A Cor dos Homicídios no Brasil.** / Julio Jacobo Waiselfisz-Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPPIR/PR, 2012

VIEIRA, Rejane Esther. **Democracia e políticas públicas: o novo enfoque da gestão pública na construção de espaços públicos de participação no estado de direito no Brasil.** Direitos Fundamentais & Democracia. Curitiba, volume 6, jun/dez 2009. UNB.

NEVES, Jose Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Uso e Possibilidades.** Cadernos de pesquisas em Administração. São Paulo. V.1, Nº 3, 2º SEM. 1996 Disponível:
http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_uso_e_possibilidades.pdf. Acessado em 05/07/2014.

HONNETH, Axel. **Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade.** In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (orgs.). Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Anablume, 2007. p. 79-93.

Entrevista 1. [Maio. 2014]. Entrevistador: Edilene Pereira de Oliveira. Ceilandia/DF, 2014. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Entrevista 2. [Maio. 2014]. Entrevistador: Edilene Pereira de Oliveira. Ceilandia/DF, 2014. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista 3. [Maio. 2014]. Entrevistador: Edilene Pereira de Oliveira. Ceilandia/DF, 2014. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta monografia.

APÊNDICE A

Nome: ENTREVISTA 1

Vínculo: Técnico em Assistência Social– Função Agente Social CRAS/COSE
CEILÂNDIA SUL – SEDEST.

QUESTÕES:

1- Você tem conhecimento do Plano Juventude Viva?

Resposta: Não, nunca ouvi falar deste plano.

2- Você trabalhou por 24 anos no COSE Ceilândia Sul, o que você pode dizer a respeito dos jovens negros atendidos durante sua experiência como educadora?

Resposta: Bem, em todo esse período que trabalhei no COSE, todos os estes anos, a maioria das crianças e dos adolescentes eram negros. Creio que seja porque há uma grande parcela de negros na Ceilândia, ou que eles se encontram em maior número na população de baixa renda. O percentual, falando assim, por alto sempre foi superior a 80%. O que me chamava a atenção era que havia um grande preconceito entre eles, dos negros para com os negros. E uma negação, não queriam ser negros, atribuíam isso a algo ruim. Os adolescentes eram mais contidos, não falam a respeito, mas via-se claramente que a grande maioria possuíam uma baixa auto-estima creio que atribuída a situação social e a cor também. A maioria dos adolescentes saía do COSE para trabalhar, precisavam a ajudar em casa. Havia muito atraso escolar, e com o passar do tempo eles desistiam porque reprovavam demais e desanimavam.

3- Você acredita que se houvesse um projeto que valorizasse a cultura negra, isso ajudaria os jovens negros a superar o preconceito racial?

Resposta: Sem dúvida, um projeto que olhasse diretamente para esta parcela de jovens, seria ideal para complementar o trabalho do COSE.

APÊNDICE B

Nome: ENTREVISTA 2

Cargo/ entidade: Educador Social – COSE Ceilandia Sul

QUESTÕES:

1- Quantos adolescentes há na turma do COSE Ceilandia Sul?

Resposta: São 40 alunos matriculados, porém 25 frequentes.

2- Destes 25 frequentes, quantos você consideraria negros

Resposta: Fazendo uma análise subjetiva dos 25 alunos 18 são negros.

3- Você acha que há conflito entre os jovens devido a cor/raça?

Resposta: Sim sem dúvida, principalmente entre os menores que não se identificam como negros e acham que se forem chamados assim é um xingamento. Por isso muitos usam expressões racistas para difamar um coleguinha que pretendem insultar devido a alguma briga. Os adolescentes, não falam muito sobre isso, porém se vê que não é porque estão bem resolvidos. A questão da estima se deve a vulnerabilidade social, por isso esses alunos tendem a ter uma estima menor, e diante dos desfavorecimentos sociais, as reprovações na escola alguns tendem a se achar incapazes de conquistar seus objetivos.

4- Visto que você está atualmente ligada a programa direcionado aos adolescentes em vulnerabilidade, você conhece o Plano Juventude Viva?

Resposta: Não, não conheço.

5- Você acha que articulação na rede de assistência ao cidadão que satisfaça a demanda dos adolescentes?

Resposta: Não, não há, este é um exemplo de falta de conexão, nós educadores que trabalhamos com o público alvo do plano que você citou, não sabemos do que se trata, não há e-mails, circulares, nada para que possamos contribuir.

6- Se houvesse uma melhor interação entre as secretarias, você acredita que melhoraria os resultados que você tem com os adolescentes atualmente?

Resposta: Claro que sim! Tenho 4 anos neste trabalho e o nível de sucesso que temos é de cerca de 50%, falo de dignidade e de trabalho. Alguns conseguem trabalhar e estudar, mas este estão em menor número. Porém, o facínio da facilidade de ganhar dinheiro com o tráfico e outros meios ilícitos impossibilita a outra parte de progredir.

7- Você acredita que há uma ligação entre a vulnerabilidade e a historicidade da raça negra?

Resposta: Sim, anteriormente eu era contra as cotas, por exemplo, mas depois de analisar algumas falas de defensores delas eu pude entender direito o que elas significavam. A história explica muito bem porque há mais negros na periferia do que brancos.

APÊNDICE C

NOME: ENTREVISTA 3

Cargo: Articuladora do Plano Juventude Viva DF e RIDE

Instituição: ANJV/FiOCruz

QUESTÕES:

1- Quais são os indicadores que envolve juventude negra aos homicídios no DF?

Resposta: Os indicadores de homicídios que justificaram a implementação do Plano Juventude Viva são os apurados pelo SIM / SVS / MS (Sistema de Informação de Mortalidade) e você pode acessá-los na íntegra no estudo do Mapa da Violência de 2013, no seguinte link: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

. Além disso, por solicitação do Governo do Distrito Federal, foi feita pela CODEPLAN um estudo acerca da vulnerabilidade do jovem negro no DF, que está disponível no link: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/POL%20SOCIAIS/An%C3%A1lise%20de%20vulnerabilidades%20da%20juventude%20negra%20no%20Distrito%20Federal.pdf> .

Essa última pesquisa teve como tarefa subsidiar a implementação do PJV no DF e auxiliou na construção da conjuntura das regiões administrativas escolhidas como prioritárias para o plano: Condomínio Pôr-do-Sol e Sol Nascente (Ceilândia), Planaltina, Estrutural, Itapoã, Recanto das Emas, Samambaia e Santa Maria. Além dos municípios da RIDE: Águas Lindas, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

2- Como se constitui as estratégias de implementação do Juventude Viva no DF?

Resposta: As estratégias de implementação do PJV no DF segue a mesma linha estruturada para os demais Estados: a articulação e assinatura do termo de adesão é feita pelos Estados e Municípios. A partir daí, constituímos um trabalho de articulação intragovernamental na esfera federal, estadual e municipal (com as secretarias e coordenações responsáveis pelas políticas

públicas que compõem o plano), bem como de articulação com a sociedade civil a partir dos Núcleos de Articulação Territorial, que têm o papel de monitorar as ações disponibilizadas naquele território.

3- Quais as ações que integram o programa no DF vistas a reduzir a violência na Juventude?

Resposta: As ações ministeriais que somam forças para reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros, não a violência, são muitas e elenco-as abaixo. Muitas delas estão em fase de reestruturação, enfrentam alguma dificuldade de implementação e pode-se dizer que a demanda de sensibilização de cada política pública para a problemática do enfrentamento à vulnerabilidade da juventude negra é muito grande e morosa.

1 – Saúde
Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências
Projeto Vivajovem.com
Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS)
Academias de Saúde
Consultórios de Rua
Programa Saúde na Escola
Casa SER
Sensibilizar equipes do Programa Saúde na Família para questão da juventude negra
Programa Brasil Quilombola
Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde
Núcleo de Prevenção a violência e promoção da Saúde
Mais Médicos
Comitês de Equidade e Saúde da População Negra
2 – Cultura
Praças do Esporte e da Cultura
Cultura Viva: Pontos de Cultura
Brasil Plural- Prêmio Hip Hop
Prêmio Funk

3 – Justiça
Capacitação para profissionais de segurança pública
Capacitação dos profissionais da Segurança Pública por meio da Rede Nacional de Ensino a Distância – Rede EAD
Mulheres da Paz e Proteção
Pesquisas em parceria com o PNUD, com enfoque em raça e discriminação racial
Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça

4 – Educação
Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI (SEB/MEC)
Programa Escola Aberta (SEB/MEC)
Programa Mais Educação
Programa Saúde na Escola
Projeto Trajetórias
Projovem Urbano
PRONATEC
Brasil Alfabetizado
FIES
PROUNI
Implementação da Lei 10.639/2003

5 -Trabalho e Emprego
Centros Multifuncionais de Economia Solidária para a Juventude- Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária
ProJovem Trabalhador
Inclusão Digital com metareciclagem
Economia criativa – aposta na cultura e na arte
Incubadoras

6 – Esportes
PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade
Programa Segundo Tempo (Padrão)
Programa Segundo Tempo na Escola
Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas
Praça da Juventude
Programa Segundo Tempo - Navegar

7 -Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ampliação do cadastro do Bolsa Família
PRONATEC BSM
Capacitação
Acompanhamento familiar/ ficha de notificação integrada/ apoio sociofamiliar
Serviço de convivência
Eradicação do Trabalho Infantil
BVJ- Benefício Variável Jovem
Políticas para as Mulheres

8 - Direitos Humanos
Guia PRVL
Formação para a implementação do Programa de Redução da Violência Letal
Ações nos Centros de Referência em Direitos Humanos
Disque 100

9 – Seppir
Oficinas de enfrentamento ao racismo institucional
Editais de comunicação comunitária para campanha juventude viva
Programa Brasil Quilombola
Disque Igualdade Racial

10 – Juventude
Campanha Juventude Viva
Rede Juventude Viva
Articuladores(as)
Estação da Juventude
Editais de fortalecimento institucional
Projeto de prevenção à violência- Juventude Viva

4- Que indicadores de monitoramentos foram estabelecidos para avaliar o Programa no DF?

Resposta: As seguintes ferramentas foram desenvolvidas para monitorar as ações nos territórios:

Boletins de Informações:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/Rlv3/geral/index.php>

Sistema de Monitoramento e mapas:

<http://monitoramento.seppir.gov.br/> (clique no título: Vulnerabilidade social e Juventude Negra).

A ferramenta mais refinada de monitoramento das informações como (número de jovens atendidos por território, evasão e outros dados) está em desenvolvimento contará com o papel de técnicos responsáveis por 'colher' as informações referentes aos programas com cada ministério.

5- Em sua percepção, caso haja, o que impede a aplicação de um Plano como este no DF?

Resposta: Nada impede a implementação do PJV no DF, no entanto, é preciso cautela para perceber a complexidade que é articular uma política pública intersetorial que amalgama ações que já eram desenvolvidas antes da existência do PJV. Ou seja, a sensibilização dos gestores destas políticas é uma pauta que demanda um tempo maior que o tempo de gestão. As políticas sociais são norteadas pela universalidade do público atendido, são para todos e todas, contudo, os jovens negros não conseguem acessá-las e esta é a grande tarefa e 'costura' que o Plano Juventude Viva tem para fazer dentro do próprio governo. Esse cenário vale para o DF e também para outros estados.